

INTRODUÇÃO: REDE LATINO-AMERICANA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL¹

Guilherme Mendes Resende²
Paula Gomes Moreira³

O desenvolvimento regional assumiu, nos últimos anos, importância central na agenda dos países latino-americanos e caribenhos. Isto decorre do fato de que, cada vez mais, os governos da região percebem a centralidade do tema junto a um rol privilegiado de assuntos que fazem parte de suas agendas políticas. Da mesma forma, as transformações processadas no ambiente internacional foram fundamentais para que houvesse maior cooperação para superação das desigualdades existentes, reservadas as especificidades de cada país.

A percepção conjunta de que o compartilhamento de experiências na atual sociedade da informação é um dos melhores caminhos rumo à superação de problemas, fez com que surgisse a ideia de criação de uma Rede Latino-Americana de Políticas Públicas de Desenvolvimento Regional, doravante Rede, inicialmente impulsionada pelo governo brasileiro.

A Rede teve seu lançamento em dezembro de 2013, em Brasília, em evento que contou com a participação de representantes de treze governos da América Latina, respectivamente: Argentina, Bolívia, Chile, Costa Rica, Guatemala, Honduras, Paraguai, México, Equador, Panamá, Peru, El Salvador e Uruguai; bem como de funcionários públicos de organizações internacionais voltadas ao tema, a exemplo do Programa Regional para a Coesão Social na América Latina (EUROsociAL) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

1. Em 2013, foi celebrada uma colaboração técnica entre o Ipea e o Ministério da Integração Nacional (MI) por meio do Acordo de Cooperação Técnica nº 19/2013 e do termo de cooperação para a descentralização de crédito nº 31/2013. Entre as ações a serem executadas até o início de 2015, estão relacionados estudos sobre a articulação da Rede Latino-Americana de Políticas Públicas para o Desenvolvimento Regional (Rede). Um produto desta colaboração com o MI é a publicação de uma edição especial do *Boletim regional, urbano e ambiental* da Dirur dedicado às experiências de política regional dos países que fazem parte da Rede. Gostaríamos de agradecer a todos o grande apoio da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) do MI, especialmente à diretora Adriana Melo Alves e os dois coordenadores, Paulo Pitanga do Amparo Paulo e João Mendes da Rocha Neto.

2. Diretor adjunto da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea e PhD pela London School of Economics and Political Science (LSE).

3. Doutoranda em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB) e bolsista na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea.

Entre as suas principais frentes de atuação, até o momento cabe citar a troca de conhecimentos e de experiências, tarefa estabelecida após a constituição de grupos de trabalho nos seguintes tópicos: estatísticas e indicadores para o monitoramento e avaliação de políticas regionais na América Latina; mecanismos de convergência e coesão territorial e regiões de fronteira.

Assim, como parte dos esforços em aprofundar as trocas até então realizadas, a Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), lança uma edição especial de seu *Boletim regional, urbano e ambiental* sobre a REDE, com a compilação de artigos de gestores e acadêmicos, com vistas também à divulgação das experiências latino-americanas de instituições e países parceiros.

O primeiro artigo, de Jorge Máttar e Luis Riffó Pérez, discute o problema das desigualdades regionais na América Latina e Caribe, e as formas de superá-las, identificando iniciativas pioneiras de organismos internacionais, como o Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social (Ilpes), da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). Além disso, os autores fazem um ótimo histórico sobre a constituição da Rede.

O segundo artigo, de Rudolf Buitelaar, enfoca a disponibilidade e as possibilidades de comparação estatísticas territoriais entre países latino-americanos. A geografia do desenvolvimento é o ponto central de seu texto que perpassa ainda, as limitações de tais práticas, muito impactadas pelos desenhos e dimensões dos países. No entanto, o autor sugere caminhos possíveis com vistas à superação de tais limites, mais focados na dinâmica dos territórios e menos em categorias estáticas de indicadores.

O terceiro artigo, de Guilherme Mendes Resende, Paula Gomes Moreira, Adriana Melo Alves e João Mendes da Rocha Neto, trata da política regional brasileira. O texto apresenta alguns desafios e perspectivas da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e do Ministério da Integração Nacional (MI), que em 2014 completou 10 anos. Ao longo do texto são descritos alguns pontos importantes de sua formulação, bem como seus principais instrumentos de financiamento – a exemplo dos fundos constitucionais de financiamento, entre outros –, e seus impactos com relação a objetivos previamente estabelecimentos.

Em seguida, Jorge Carlos Díaz Cuervo, aborda o Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2018, documento que rege todo o orçamento da administração pública federal do México. Como consequência, os programas e políticas setoriais, institucionais e, sobretudo, regionais passaram a ser elaborados com base nesse plano. Uma das maiores contribuições do artigo é o de representar, do ponto de vista do compartilhamento de experiências, um ótimo exemplo de enfoque regional, porque identifica potencialidades de um ponto de vista multidimensional, prática que é cabível de aplicação dentro de outros contextos latino-americanos.

O quinto artigo, de Camila Londoño María Aguilar, Ivan Osejo Villamil, Cristian Carmona Oswaldo Sanchez, Diego González Supelano, Johanna Alvarez e Juan Camilo Gaitan Taborda, aborda a caracterização territorial da Colômbia. O texto apresenta uma categorização feita pelo Departamento Nacional de Planejamento (DNP), que rapidamente tornou-se uma ferramenta para a concepção e implementação de políticas públicas porque integra abordagens setoriais. Além disso, abre a possibilidade de análises territoriais a partir da particularidade das diferentes áreas de desenvolvimento, promovendo a coordenação dos diferentes setores na promoção de intervenções regionais e fortalecendo a descentralização.

Já para Maurício Fontanetti Aguiar e Gianluca Spinaci há alguns fatores importantes a serem considerados no que tange a elaboração de uma política regional latino-americano, a partir de considerações sobre a política regional europeia. Os autores argumentam que mesmo o exemplo europeu, o mais reconhecido no mundo, não ocorre de maneira homogênea, fato para o qual os formuladores e implementadores da América Latina devem estar atentos. Dessa forma, são feitas recomendações à luz das restrições existentes frente à plena funcionalidade das políticas regionais na Europa, que poderiam vir a ocorrer também no entorno latino-americano.

Por fim, o boletim apresenta-se como mais um instrumento a ser apropriado por diferentes agentes, desde aqueles que trabalham efetivamente com o desenvolvimento regional até mesmo os que pensam sobre o tema. Seu objetivo principal é o de fornecer um bom exemplo de prática internacional conjunta, que é a Rede, cada dia mais consolidada. É tanto uma leitura indispensável aos que desejam melhor conhecê-la, quanto um resgate do que já foi realizado.